

Apresentação da 1ª edição

Carlos Nelson Ferreira dos Santos

O presente trabalho inaugura uma série que o Centro de Pesquisas Urbanas do Ibam tem o maior empenho em levar adiante. Por meio da abordagem de um microcosmo dentro do vasto universo metropolitano carioca, chegam a ser questionados grandes postulados da teoria urbanística tidos como “científicos”. Tudo na escala conveniente, a do bairro, a da rua, a do quarteirão, a da casa, a de gente de verdade, praticando, em nível material e simbólico, as suas possibilidades efetivas da vida quotidiana. Ato de todos os dias, que, vistos com o devido distanciamento crítico e metodológico, põem em xeque idealizações utópicas sobre o espaço e as formações sociais que comportam.

Aqui se apresenta um exercício cuja simplicidade formal, cujo ar de estar dizendo afinal o que “todo mundo já sabe” só poderá surpreender a quem preferir o refúgio seguro das especulações intelectuais autoalimentadoras. Faz parte das mais sérias tradições científico-acadêmicas o dar a oportunidade à realidade de dizer sim ou não ao que se pensa sobre ela. Esta fala da realidade é o que procurou captar por meio de entrevistas, de observações participantes e de registro visual dos usos vernaculares e excepcionais dados a um espaço significativo para o conjunto de moradores de um bairro do Rio de Janeiro.

Quando se pensa que no Brasil são gastos recursos enormes na realização de planos e de projetos urbanísticos sem que ninguém se preocupe em verificar a eficácia de seus postulados quando levados à prática, pode-se entender por que estamos tão interessados em pesquisas como esta. É preciso saber quais os verdadeiros efeitos de determinadas ações sobre o meio urbano. Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis.

Em geral, os resultados reais da atividade do cientista, do planejador, do administrador, do técnico, do político sobre as cidades começam quando toda essa gente sai de cena. Quando os seus projetos deixam de ser mapas, memoriais, orçamentos, leis, decretos ou planos financeiros e se transformam em uma linguagem física decodificável no dia a dia. Infelizmente, é nesse momento crítico de início e de estreia que os trabalhos urbanísticos são dados por terminados. Na verdade, estão é começando, passando das abstrações estáticas às práticas sociais contaminadoras e cambiantes que caracterizam o que é urbano. Verificar os seus resultados é essencial à própria manutenção da ideia do urbanismo como área especial do saber que merece os foros de disciplina acadêmica e de domínio profissional erudito.

Está na ordem do dia o debate sobre o uso do espaço nas grandes cidades brasileiras. Em última instância trata-se de saber de quem é o espaço, o *que se pode fazer com ele e quando é mais conveniente fazê-lo*. Quais os limites de ação governamental ao evocar razões extralocais para realizar ações que, querendo-se ou não, têm de acontecer em um lugar determinado e afetam os que moram ali? Quando se pensa nos poderes privilegiados do capital, como separar as análises estruturais dos objetivos raramente coerentes das diversas unidades e facções do capital? E quem são usuários e moradores e como saber o que desejam? A resposta a tais perguntas que, de fato, se referem a um caleidoscópico a não mais acabar de acertos e conflitos quotidianos só pode ser buscada na síntese que é o urbano como experiência processual, como existência significativa e significativa em si mesma.

Entre os temas que estão “na moda” urbanística e que merecem especial atenção do governo, interessam aos técnicos e até já atingem bastante o público mais amplo, está o do lazer nas cidades. Fala-se da necessidade do lazer na vida moderna, nos seus efeitos aliviadores da tensão e reabastecedores da energia consumida pelas dificuldades em viver e em trabalhar em ambientes cada dia mais densos e congestionados. Todos os dias, os jornais abrem espaços razoáveis para a defesa das áreas verdes, que coexistem paradoxalmente nas mesmas páginas com anúncios de empreendimentos imobiliários que tentam vender os restos de uma natureza que contribuem para destruir. Há movimentos de protesto e passeatas reclamando maior respeito pelo meio ambiente, o que aparece quase sempre relacionado à oferta de maiores possibilidades de lazer ativo ou contemplativo. Registra-se o tratamento injusto dado à maioria das populações urbanas, pobres que não merecem atenções maiores, sendo quase todos os investimentos públicos relativos ao lazer concentrados nas seções mais ricas e valorizadas das cidades. E os órgãos municipais e estaduais gastam muito dinheiro, planejando e executando obras de Sísifo que tentam diminuir o assustador *deficit* de áreas livres destinadas à recreação nas metrópoles brasileiras, em estado de absoluta indigência quando comparadas com os padrões urbanísticos internacionais julgados saudáveis e normais.

O que é ruim nesta história toda é o excesso de discursos desvinculados das ações urbanísticas. É urgente procurar saber duas coisas: 1 – como está acontecendo o lazer em áreas tidas como despreparadas e como o espaço está sendo apropriado para se fazer o quê; 2 – o que se passa com os locais especialmente desenhados para abrigar atividades imaginadas como convenientes para a recreação de um determinado grupo de moradores. Como se vê, uma tentativa de questionar a fundo conceitos e representações em suas versões eruditas e do senso comum, a partir da análise do que aparece, à primeira vista, como simples e óbvio.

A pesquisa foi feita sobre um caso especial, sendo tomado como contraponto de controle outro também bastante heterodoxo no Rio de Janeiro. As escolhas de extremos foram propositadas, na pressuposição de que revelariam, por meio de contrastes absolutos, tanto internos como comparativos, o que se desejava saber. A base de estudo foi o bairro do Catumbi, eleito há mais de 15 anos pelo governo, com o assessoramento de importantes técnicos em urbanismo, nacionais e internacionais,³³ para sofrer um processo radical de renovação urbana. Pode-se depreender, dessa escolha, portanto, que o bairro foi julgado como não servindo mais, como sendo obsoleto. Tudo o que existia dentro dele, incluindo ruas, casas, equipamentos urbanísticos, pessoas e suas atividades deveria desaparecer para

33 Já no Plano Doxiadis era recomendada a renovação urbana da área da Cidade Nova, contígua à ACN do Rio de Janeiro e englobando o Catumbi.

dar lugar a estruturas e modos de vida mais modernos, e, naturalmente, a novos moradores que tivessem o *status* adequado para consumi-las e praticá-los. Em suma, o Catumbi como modelo urbano era visto como superado, carregado de negatividades e indesejado. O juízo foi confirmado por vários governos estaduais e municipais sucessivos que persistiram na tarefa de destruição do bairro, que durou até 1979.³⁴

Observar as formas de lazer no Catumbi e como as pessoas que ainda estão lá usam seu espaço para recrear-se equivaleria, no fundo e na forma, a testar a validade de algumas das teorias urbanísticas que votaram pela falta de valores daquele espaço e, por consequência, pela sua destruição. Em compensação, se as novas propostas urbanísticas feitas para “revitalizar” o Catumbi já estivessem aplicadas e em vigor em outro local, permitiriam comprovar a sua excelência e as suas qualidades superiores em relação a um espaço acusado tecnicamente de deteriorado. Este outro local existia: era um desenvolvimento urbanístico fortemente planejado pelo governo e executado pelo capital privado contratado por cooperativas de usuários, de acordo com os padrões do BNH. Tratava-se do conjunto conhecido como Selva de Pedra, limítrofe com os bairros do Leblon e da Lagoa. A Selva de Pedra também foi imaginada mais ou menos na mesma época que o Catumbi. Também foi construída sobre uma área antes ocupada por outras pessoas, exercendo outras atividades em um tipo completamente diferente de *habitat*. Só que, neste caso, o que havia eram favelas e favelados que, removidos no fim da década de 1960, abriram espaço para uma imponente massa de torres desenhadas em torno de um vazio central, projetado para o lazer dos futuros moradores, membros típicos da classe média carioca.

O relatório da pesquisa para a Finep³⁵ que se segue vai contar as histórias desses dois mundos. Usando técnicas e instrumentos de análise crítica vai se ocupar em registrar como os moradores, cidadãos normais e conscientes, veem e usam o que, no primeiro caso, foi condenado por governos e técnicos como anacrônico, ineficiente e disfuncional e, no segundo, foi justificado como lógico, desejável e modelar. Vai dar a chance ao outro lado de revelar as suas razões e as suas ordens. Naturalmente, o objetivo é ultrapassar os reduzidos limites do que são o Catumbi e a Selva de Pedra, e mesmo a questão do lazer, e questionar o que é o saber urbanístico no país e para que está servindo, por meio dos seus próprios resultados objetivos. Afinal, não pode haver outros; o urbanismo só existe enquanto seja um fazer que forneça os elementos corretivos para novas ações por meio da crítica dos acertos e erros das anteriores.

Sendo coerente com a ideia de que as cidades são de fato da conta e da responsabilidade de todos os que nelas habitam e que, portanto, merecem conhecê-las e debatê-las sempre que possível, o presente trabalho é complementado por um filme. Supõe-se que esse meio de fácil circulação e poder de comunicação contribua para romper a viciosidade das pesquisas inatingíveis para a maioria interessada e levante questões para uma discussão e uma tomada de consciência que, cada dia, parecem mais imprescindíveis às próprias possibilidades de sobrevivência dos valores positivos nas formas de vida urbana.

*Rio de Janeiro, Brasil
Junho de 1980*

³⁴ Em 1979, iniciaram-se gestões efetivas do setor público para mudar os planos originais que destruiriam todo o bairro. Cerca de 1/3 da área original que ainda resistia à demolição conseguiu ser salva. Em 1980, a Prefeitura do Rio de Janeiro baixou decreto transformando o Catumbi em Área de Preservação Ambiental, figura constante do Plano Urbanístico Básico da cidade.

³⁵ A apresentação originalmente do relatório final da pesquisa encaminhada para a Finep é assinada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos.